NO BRASIL

1

Cotidiano e vida privada na América portuguesa

Coordenador-geral da coleção:
FERNANDO A. NOVAIS

Organizadora de volume:
LAURA DE MELLO E SOUZA

5ª reimpressão

SBD-FFLCH-USP
206375

Projeto gráfico e capa:
Hélio de Almeida
sobre *Um erudito trabalhando em seu gabinete*, aquarela
de Jean Baptiste Debret

Guardas:
Azulejos da sede da Reitoria
da Universidade Federal
da Bahia, século XVIII

Secretaria editorial
e pesquisa iconográfica:
Fernanda Carvalho

Preparação:
Márcia Copola

Revisão:
Cecília Madarás
Carmen S. da Costa
Ana Maria Barbosa

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

História da vida privada no Brasil : cotidiano e vida privada na América portuguesa / coordenador-geral da coleção Fernando A. Novais; organização Laura de Mello e Souza. — São Paulo : Companhia das Letras, 1997. — (História da vida privada no Brasil ; 1)

Bibliografia
ISBN 85-7164-651-1 (obra completa)
ISBN 85-7164-652-X (v. 1)

1. Brasil - Civilização 2. Brasil - História - Período colonial 3. Brasil - Usos e costumes I. Souza, Laura de Mello e. II. Série.

97-1045 CDD-981

Índice para catálogo sistemático:
1. Brasil : Vida privada : Civilização : História 981

1999

Todos os direitos desta edição reservados à
EDITORA SCHWARCZ LTDA.
Rua Bandeira Paulista, 702, cj. 72
04532-002 — São Paulo — SP
Telefone: (0XX11) 866-0801
Fax: (0XX11) 866-0814
e-mail: editora@companhiadasletras.com.br

Novais, F A
doc 13

1

CONDIÇÕES DA PRIVACIDADE NA COLÔNIA

Fernando A. Novais

Notava as coisas e via que mandava comprar um frangão, quatro ovos e um peixe para comer, e nada lhe traziam, porque não se achava na praça, nem no açougue, e, se mandava pedir as ditas coisas e outras mais às casas particulares, lhas mandavam. Então disse o bispo: verdadeiramente que nesta terra andam as coisas trocadas, porque toda ela não é república, sendo-o cada casa.

Frei Vicente do Salvador, *História do Brasil (1500-1627)*[1]

Emblemático, o trecho de nosso primeiro historiador parece-nos simplesmente perfeito como ponto de partida de nossas indagações. Trata-se de tentar nada menos que uma como que arqueologia (no sentido de "condições de possibilidade") das manifestações da vida privada nos quadros da colonização portuguesa no Novo Mundo; noutros termos, tentaremos desbravar aquelas sendas de mediações entre as estruturas mais gerais do universo colonial e as expressões do privado no seu cotidiano. Ora, escrevendo na terceira década do século XVII, esse incrível frei Vicente do Salvador já nos aponta suas características essenciais: em primeiro lugar, a profunda imbricação das duas esferas da existência, aqui na Colônia, e isto, que já não seria pouco, ainda não é tudo. Pois, em segundo lugar, o arguto cronista deixa claro que os níveis do público e do privado, para além de inextricavelmente ligados, apresentavam-se da mesma forma curiosamente invertidos. Pois, como terá de imediato notado o atento leitor, a inversão é também uma forma de articulação.

Atentemos, portanto, por um momento, e como ponto de partida, para esses passos do cronista coevo. Eles nos remetem, como indicamos acima, para dois aspectos essenciais de nosso objeto: de um lado, sua inserção nos quadros da civilização ocidental; de outro, a sua maneira peculiar de integrar-se naquele universo. No primeiro aspecto (isto é, a imbricação das esferas), revela-se o que a Colônia tinha de comum com o mundo metropolitano; no segundo (isto é, a sua inversão), talvez resida a sua peculiaridade, pois o referencial de nosso frade, que provocava sua estranheza, era, naturalmente, o mundo europeu.

E, de fato, a imbricação das esferas do público e do privado é uma das características marcantes da Época Moderna, do Renascimento às Luzes, como transparece praticamente em todo o volume organizado por Roger Chartier.[2] Entre a Idade Média feudal, quando no Ocidente cristão se configura propriamente uma "sociedade sagrada", e o mundo contemporâneo burguês e racionalista que se expressa na laicização do Estado, estende-se essa zona incerta e por isso mesmo fascinante, já não feudal, ainda não capitalista, não por acaso denominada de "transição". Encarado em conjunto, esse período da nossa história — a história do Ocidente — revela sempre essa posição intermediária; em todas as instâncias, de todos os ângulos, é sempre essa a sua característica definidora. No plano econômico, por exemplo, defrontamo-nos com uma produção dominantemente mercantil (pelo menos, é o setor mercantil que imprime a dinâmica ao conjunto), e portanto não mais a economia "natural" dominante no feudalismo; mas ainda não capitalista, pois a força do trabalho ainda não se mercantilizara, ou, noutros termos, o salariato não é o regime de trabalho dominante (nem a servidão, em franco declínio; o que parece dominar é o produtor independente). Se nos voltarmos para o nível político, o poder não se encontra mais diluído na teia das relações vassálicas, como na sociedade feudal; mas a monarquia absolutista, primeira fase do Estado moderno em formação, ainda vai abrindo caminho, como mostrou Eli F. Heckscher em análise clássica, entre as forças universalistas e particularistas. Se já não vige mais a fusão do espiritual com o temporal (fusão, aliás, dificílima, que deu lugar, na Idade Média, às lutas entre o Sacerdócio e o Império), o monarca de direito divino não pode prescindir da "religião de Estado", que se expressa na fórmula

famosa: *"Cujus regio, ejus religio"*. Assim, aos conflitos entre os papas e os imperadores (do "Sacro Império") sucedem as guerras de religião ou a permanente tensão entre o poder real e o papado romano.

Se dirigimos, agora, o olhar para as formas de intimidade, a paisagem com que deparamos não é mais a de quase total indistinção, na Alta Idade Média, que Michel Rouche pôde descrever como a conquista, pela vida privada, do Estado e da sociedade; mas também não podemos vislumbrar aquela clara e distinta separação das esferas, que J. Habermas analisa para o nosso tempo.[3] Entre a indistinção feudal da Primeira Idade Média e a separação formal que se instaura com as revoluções liberais, abre-se, portanto, um período em que as esferas do público e do privado já não estão indistintas, mas ainda não estão separadas — estão imbricadas. Reconstituir as manifestações da intimidade nesse período trata-se de tarefa difícil: há que apanhar tais práticas *in fieri*, isto é, no próprio processo de definição de espaço do privado, o qual corre paralelo ao da constituição do Estado moderno, que delimita o território do público. E isso não escapou ao nosso historiador seiscentista.

Mas, como frisamos antes, ele não se detém aí. Ao acentuar a inversão das esferas, frei Vicente parece indicar que, além de conectadas, as duas faces do público e do privado surgem-nos como invertidas, e isso é apresentado como específico "desta terra", isto é, da Colônia. Fixemos, portanto, nossa atenção na observação do cronista: no mundo colonial, as coisas aparecem "trocadas", e isso causa estranheza; e se causam estranheza, é porque não "deviam" aparecer desse modo. E assim vamos tocando, nas pegadas do cronista, numa das dimensões mais essenciais da colonização moderna. Isso nos lembra os versos em que Gregório de Matos desvelava "a ilusão ideológica que transforma a colônia numa perfeita réplica da metrópole":[4]

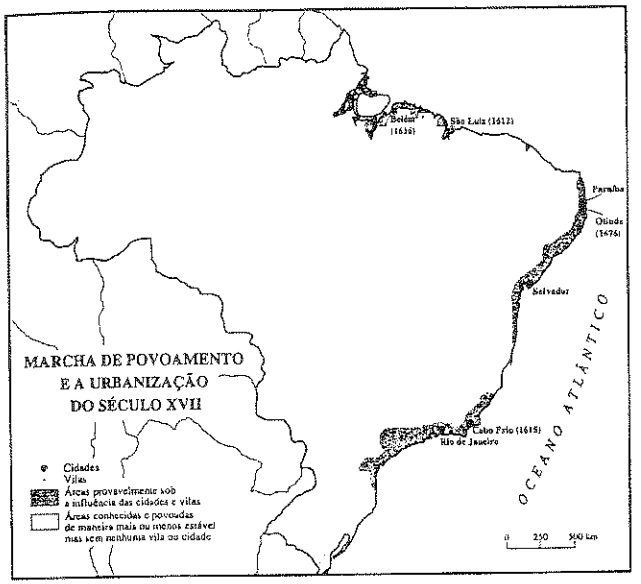
Do que passeia farfante
mui prezado de amante,
por fora, luvas, galões,
insígnias, armas, bastões,
por dentro pão bolorento:
Anjo Bento.[5]

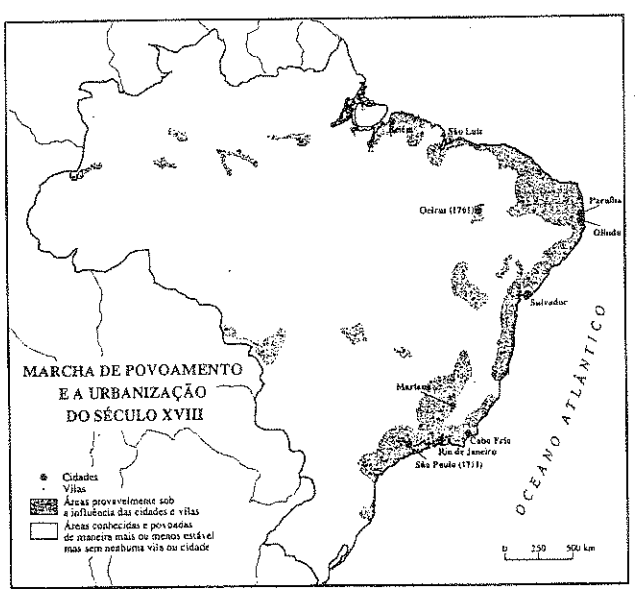
Para explicitar as condições da vida privada na América portuguesa, numa tentativa de procurar as articulações do sistema com as manifestações da intimidade que ocorrem no seu interior, a fim de esboçar o que seriam como que as estruturas do cotidiano na Colônia, levemos em linha de conta, sempre, essa ambigüidade básica da situação, tão vivamente apanhada por dois protagonistas particularmente sensíveis, o poeta e o cronista. Havemos de retornar a esse ponto no final de nossa trajetória, mas por ora convém adiantar que, se na Europa da Época Moderna as manifestações da intimidade vão se definindo em relação à formação dos Estados, na Colônia (no mesmo período) elas estão associadas ainda mais à passagem da colônia para a nação, ou melhor, à própria gestação da nação no interior da colônia. E isso talvez tenha algo a ver com aquela peculiaridade configurada na inversão do público e do privado.

Reconstituir, portanto, a "história da vida privada no Brasil Colônia" implica tentar surpreender um processo em gestação, na sua própria constituição e especificidade. O título que se preferiu para este volume — *Cotidiano e vida privada na América portuguesa* — não é, pois, apenas uma questão de modéstia ou de prudência. É que desejamos, desde logo, patentear nossa preocupação de evitar o anacronismo subjacente a expressões como "Brasil Colônia", "período colonial da história do Brasil" etc. Pois não podemos fazer a história desse período como se os protagonistas que a viveram soubessem que a Colônia iria se constituir, no século XIX, num Estado nacional. Nesse sentido, se procuramos reconstituir as manifestações da intimidade articuladas num quadro mais geral, a definição, ou melhor, o recorte desse quadro não pode ser "Brasil", e sim a colonização moderna em geral, situando-se a colonização portuguesa no Novo Mundo dentro desse contexto. Em suma, o antigo sistema colonial. No contexto da colonização, portanto, a privacidade vai abrindo caminho não só em contraponto com a formação do Estado, mas ainda com a gestação da nacionalidade.

Fixado este ponto básico, tentemos um primeiro passo nessa aproximação, na busca das correlações entre as estruturas da colonização e as manifestações da intimidade. Na esteira de Braudel, comecemos pela base, isto é, pelas gentes — a demografia. A colonização moderna não foi um fenômeno

essencialmente demográfico, mas por certo tinha uma dimensão demográfica muito importante. Não foi essencialmente demográfico no sentido de que o movimento colonizador não foi impulsionado por pressões demográficas (como, na Antiguidade, a colonização grega), mas tem dimensão demográfica no sentido de que envolve amplos deslocamentos populacionais. Fora a colonização moderna um fenômeno essencialmente demográfico, os países mais densamente populosos teriam montado as maiores colônias. Ora, é quase o oposto que se dá. Portugal, pioneiro da expansão, contava no século XVI com no máximo 1 milhão de almas; a França dispunha à mesma época de 15 milhões de habitantes, e só mais tarde constituiu pequenas colônias, e os populosos Estados alemães e italianos não participaram do processo de expansão colonial. A colonização moderna foi um fenômeno global, no sentido de envolver todas as esferas da existência, mas seu eixo propulsor situa-se nos planos político e econômico. Quer dizer, a colonização do Novo Mundo articula-se de maneira direta aos processos correlatos de formação dos Estados e de expansão do comércio que marcam a abertura da



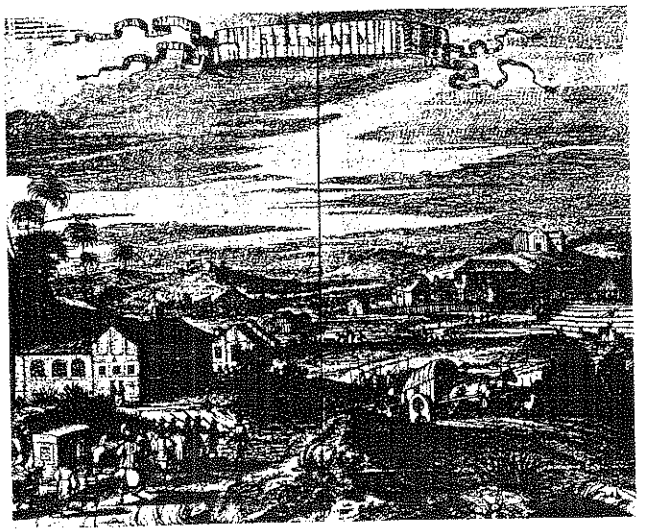


modernidade européia. É fácil observar que a seqüência dos países colonizadores (Portugal, Espanha, Inglaterra, França, Províncias Unidas dos Países Baixos) é a mesma da formação dos Estados e expansão mercantil e marítima. O pioneirismo de Portugal deve-se, assim, à precocidade da centralização política (acelerada a partir dos Avis), e não, como é costume dizer-se, à posição geográfica no extremo ocidental da Europa (o "jardim à beira-mar plantado"), pois sempre esteve lá e somente no século XV realiza as grandes navegações.

Encarada no conjunto, na dimensão demográfica, a colonização revela já aquela ambigüidade e contradição que é o seu traço distintivo, marcado com tanta acuidade por frei Vicente do Salvador no trecho com que iniciamos nossas reflexões, e ao qual voltaremos permanentemente. A colônia é vista como prolongamento, alargamento da metrópole (a mãe-pátria), mas é, ao mesmo tempo, a sua negação. Assim, a população da colônia na perspectiva metropolitana é equivalente à da metrópole, porém a metrópole é uma região de onde as pessoas saem (região de emigração) e a colônia é uma região para onde as pessoas vão (de imigração). Falamos de demografia na visão metropolitana porque, evidentemente, a mentalidade dos ameríndios não contemplava esse tipo de preocupação: o que, aliás, aponta a complexidade do fenômeno colonial, que envolvia um confronto de culturas. E esta é a primeira e importantíssima característica que devemos ressaltar para iniciar a demarcação, no plano demográfico, das estruturas do cotidiano na colônia: a contínua chegada de novos contingentes populacionais. A intensa *mobilidade* aparece, portanto, como a mais geral característica da população no mundo colonial, em contraposição à relativa estabilidade característica do Velho Mundo. E a primeira face dessa mobilidade é o *crescimento rápido*; no final do século XVIII a Colônia tem uma população semelhante à de Portugal, entre 3 milhões e 4 milhões de almas.[6] Para Portugal, estudos relativamente recentes de demografia histórica[7] indicam, para o início do século XIX, uma população semelhante à da Colônia (um pouco menor, na realidade: 2 931 000 para 1801). Em todo o caso, é possível constatar, para o século XVIII português, uma taxa de crescimento demográfico que não discrepa da média européia. É digno de nota, portanto, que, pequena metrópole de imensa colônia, Portugal, ao longo da época da "revolução vital", acompanhou no geral o crescimento populacional europeu médio.

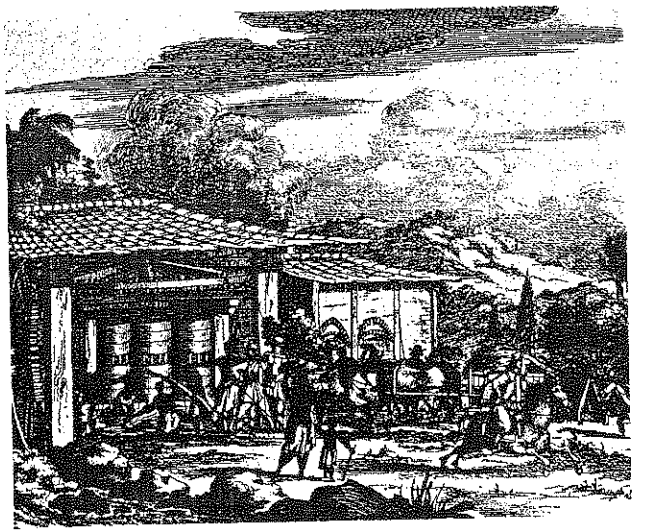
Já se vê a importância decisiva dessa primeira caracterização para descrever e compreender as formas que foram assumindo aqui as relações íntimas — essa constante necessidade de integrar novas personagens nos círculos de intimidade por certo que imprimia uma grande fluidez em tais relações que por assim dizer não tinham tempo de se sedimentar. E isso é tanto mais decisivo quando lembramos que, para além do crescimento pela agregação de novas levas, a *mobilidade* se expressa também e intensamente de forma *horizontal*, isto é, nos contínuos deslocamentos no espaço. Basta olhar para os mapas das linhas de povoamento[8] (ver p. 18 a 20) para constatar essa permanente mobilidade; ou reler o capítulo "Correntes de povoamento" de *Formação do Brasil contemporâneo* de Caio Prado Júnior para experimentar a mesma sensação:[9] a movimentação tumultuária que devia permear a vida cotidiana, no universo da Colônia. Antonil, já em 1711, comparava os deslocamentos dos primeiros povoadores das Minas ao dos "filhos de Israel no deserto".[10]

Móbil, instável, e mais ainda dispersa, a população na Colônia devia provavelmente angustiar-se diante da dificuldade de sedimentar os laços primários. E note-se que essa *dispersão* decorre diretamente dos mecanismos básicos da colonização de tipo *plantation* que prevaleceu na América portuguesa: da sua dimensão econômica (exploração para desenvolvimento da Metrópole) resulta a montagem de uma economia predatória que, esgotando a natureza, tende para a itinerância. A extraordinária fertilidade do massapé do Nordeste, garantindo a consolidação e a permanência multissecular da lavoura canavieira, é claramente uma exceção no mundo colonial, e mais adiante iremos indicar os desdobramentos desse padrão para o nosso tema. No geral, a economia colonial predatória, com seu baixo grau de reinvestimento, apresenta uma forma de crescimento puramente extensivo, que tende para a itinerância, e isso é que lastreia a contínua dispersão das populações a que nos referimos. Por outro lado, da sua dimensão política (fortalecimento dos Estados), decorre um permanente esforço metropolitano no sentido de expandir o território da dominação colonial, para além das possibilidades de exploração econômica; é que os Estados modernos



em gestação na Europa estão se formando uns contra os outros, de aí essa furiosa competição para garantir espaços na exploração colonial. No caso português, esse processo é levado ao limite, e é o que explica a enorme desproporção entre a pequenez da Metrópole e a imensidão da Colônia. E é também de aí que resulta a enorme dispersão e rarefação das populações coloniais; esse perfil devia aparecer aos olhos dos protagonistas da colonização como uma incômoda e mesmo angustiante sensação de *descontigüidade*, sensação tanto mais intensa se nos lembrarmos que a descontigüidade contrastava rudemente com a experiência de vida na Metrópole.

Mobilidade, dispersão, instabilidade, enfim, são características da população nas colônias, que vão demarcando o quadro dentro do qual se engajaram os laços primários e se foi desenrolando a vida do dia-a-dia. Para compormos ainda mais explicitamente esse quadro é preciso agregar-lhe outra característica, que, aliás, vai na mesma direção: refiro-me à necessária *diversidade* das populações na Colônia. Por definição, as gentes na Colônia se dividem entre os colonizadores e os nativos: mas na colonização do Antigo Regime, nas áreas em que a compulsão do trabalho foi levada ao limite da escravidão, essa diversidade se acentuou com o tráfico negreiro, que carreou para o Novo

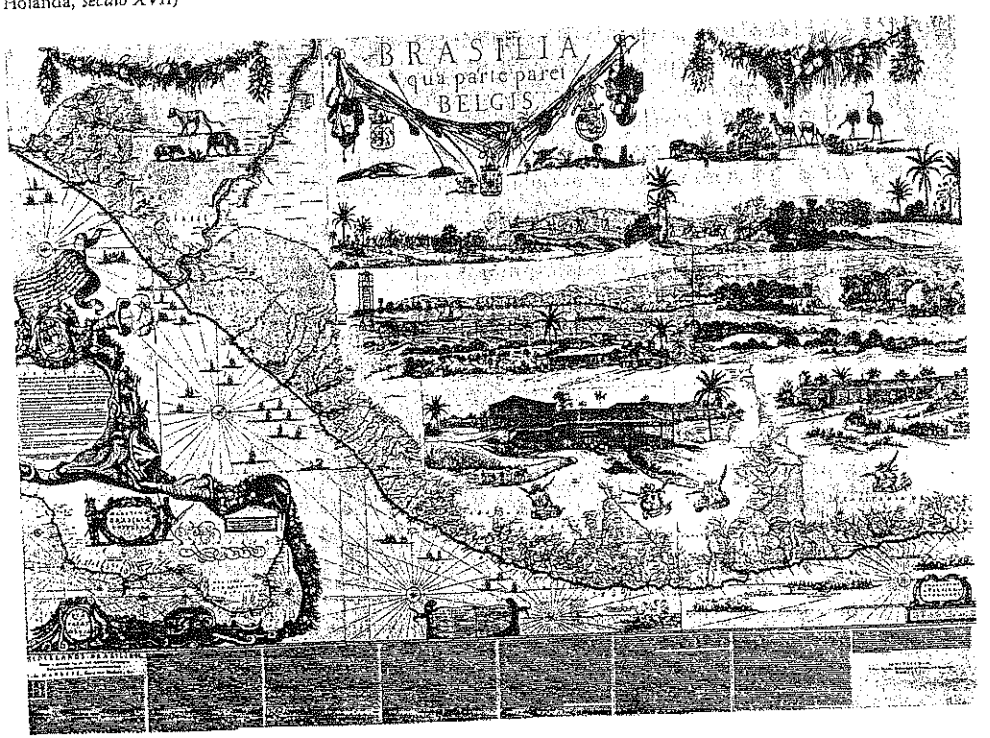


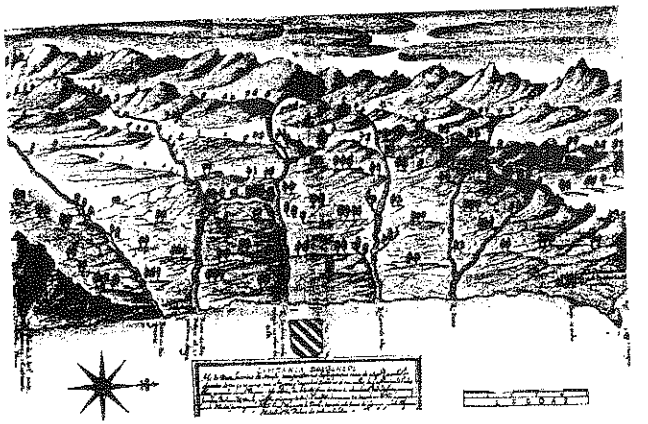
4, 5. O Engenho de Serinhaém, plantation *típica. (4. Serinhaém, século XVII; 5. Fábrica de engenho, século XVII)*

Mundo os contingentes africanos. Se nos lembrarmos de que tanto ameríndios como africanos tinham também grande diversidade interna, começaremos a entender a complexidade do *melting-pot* colonial. E do convívio e das inter-relações desse caos foi emergindo, no cotidiano, essa categoria de *colonos* que, depois, foi se descobrindo como "brasileiros". "Brasileiros", como se sabe, no começo e durante muito tempo designava apenas os comerciantes de pau-brasil. A percepção de tal metamorfose, ou melhor, essa tomada de consciência —, isto é, os colonos descobrindo-se como "paulistas", "pernambucanos", "mineiros" etc., para afinal identificarem-se como "brasileiros" — constitui, evidentemente, o que há de mais importante na história da Colônia, porque situa-se no cerne da constituição de nossa identidade. Precisamente, isso decorre lentamente nos domínios da intimidade e do cotidiano, o que mostra, aliás, que longe de ser uma história de nemigalhas e futilidades, estamos aqui no núcleo fundamental de nossa trajetória, visamos então ao ponto central de nossa constituição enquanto povo e nação, abrimos a possibilidades de compreender algo do nosso modo de ser. Estudar, portanto, as manifestações da privacidade e do cotidiano, neste caso, significa sondar o processo mais íntimo de nossa emergência na história.

E já que vamos, a pouco e pouco, nos acercando do "caso Brasil" no quadro geral da colonização moderna, convém marcar que aquela diversidade acima indicada aqui extremava-se na imensidão do território e na variedade de formas que o povoamento ia necessariamente assumindo; a essa variedade correspondiam, por certo, diferentes e mutáveis modos de convívio. Para descrever tal espectro, temos de partir dos extremos: de um lado o Nordeste açucareiro, a exceção a que antes aludimos — exceção muito especial porque forma o eixo mesmo da colonização portuguesa. Aqui, como vimos, o povoamento tendeu para a permanência, fixidez e uma certa estabilidade; e, em decorrência, formas de convívio mais sedimentadas e profundas — o patriarcado revivido por Gilberto Freyre, em *Casa-grande & senzala*. No pólo oposto, na periferia do sistema, uma paisagem social como a de São Paulo, com um povoamento rarefeito, em permanente mobilidade: as "bandeiras" já foram

6. O trabalho e a natureza se interpenetram, os homens se dispersam: a descontigüidade acha-se presente nas representações cartográficas. (John Elaeu, Mapa, Holanda, século XVII)





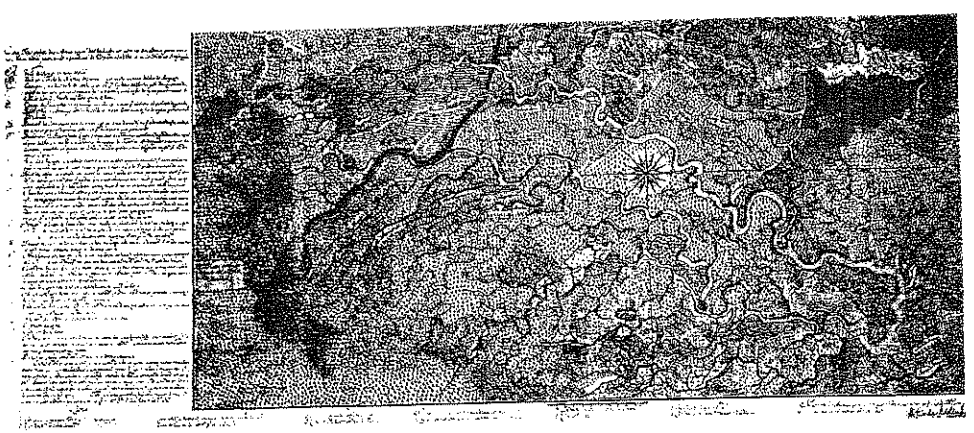
7. O mapa seiscentista atesta o isolamento, a desolação e a descontigüidade da vida na Colônia. (Atlas de João Teixeira Albernaz, 1631)

caracterizadas como uma "sociedade em movimento", e abriram os caminhos para atingir as fronteiras, no dizer de Sérgio Buarque de Holanda. E note-se o paradoxo: a sociedade mais estável, permanente, enraizada, está voltada para fora — a economia açucareira organiza-se para a exportação; e a economia de subsistência (como a de São Paulo, ou a pecuária nordestina), que está voltada para dentro, dá lugar a uma formação social instável, móvel, sem implantação. De outro ângulo, o contraponto entre o caráter profundamente rural da sociedade litorânea, e marcadamente urbano das Minas, realça a diversidade até o paradoxo: o mais estável, permanente, é o setor litorâneo, voltado para fora, nas bordas; o mais fluido e superficial é o setor interiorizado e urbano. Se nos lembrarmos agora das pequenas aglomerações estrategicamente implantadas nas fronteiras distantes, ou mesmo das populações das guarnições fortificadas, os "presídios" no antemural da Colônia, podemos imaginar o sentimento de isolamento e sobretudo de solidão que devia atravessar a vida no dia-a-dia nos confins do Novo Mundo. E somos tentados a falar em *confinamento* para caracterizar esse quadro. Podemos, então, entender como um observador arguto como Roger Bastide pode falar em "terra de contrastes",[11] para nos caracterizar.

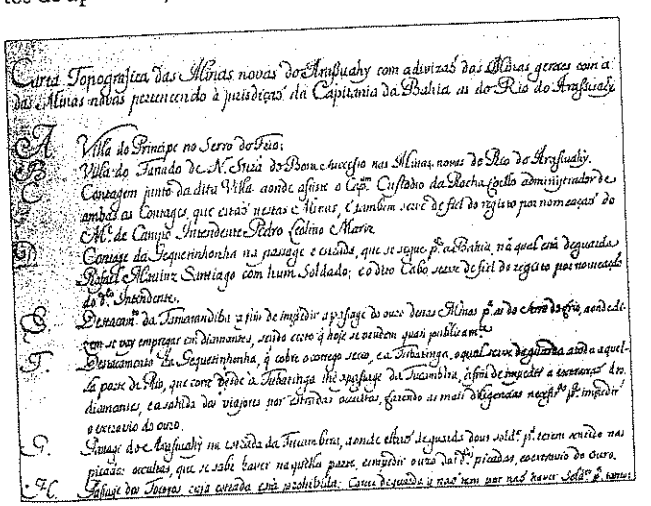
É levando tudo isso em conta que podemos pressentir as dificuldades do processo de tomada de consciência da situação colonial por parte dos colonos — ou a tortuosidade das veredas de nosso percurso. Lento, dificultoso, penoso per-

curso de gestação dessa "comunidade imaginária" que, na definição de B. Anderson,[12] constitui a nação. Nas Índias de Castela, parece ter sido mais intensa essa tomada de consciência; lá, os colonos se nominavam *criollos*. *Mazombo*, que entre nós seria o termo correspondente, nunca teve a mesma difusão ou generalização. Na América portuguesa, o mais comum era chamar *reinóis* aos nascidos na Metrópole. Quer dizer: os colonos hispanos identificavam-se positivamente pelo que eram ou acreditavam ser ("nós somos *criollos*"); os luso-brasileiros identificávamo-nos negativamente ("nós não somos reinóis"), pelo que sabíamos não ser. Nos tempos de frei Vicente, a percepção dessa diferença era apenas nascente; aflora nas entrelinhas dos *Diálogos das grandezas do Brasil* (1618), e o nosso cronista refere-se aos povoadores não só como "os que de lá vieram, mas ainda aos que cá nasceram". Distantes, portanto, estávamos ainda daquela clareza com que se expressava, em 1803, Luís dos Santos Vilhena: "Não é das menores desgraças o viver em colônia".[13]

Pois é, exatamente, esse "viver em colônias" que forma o objeto deste estudo. Os vários capítulos irão descrever, analisar, esmiuçar as várias faces e de diversos ângulos esse fugidio objeto. Neste capítulo, procuramos apenas indicar os nexos que articulam tais manifestações da intimidade cotidiana com as estruturas básicas da formação social na Colônia. *Diversidade, fluidez, dispersão*, aparecem então como categorias in-



termediárias que enquadram as manifestações do privado e do cotidiano, modelando-lhe o perfil. Talvez ainda mais relevante é a *clivagem* das populações coloniais que importa agora destacar na montagem desse quadro. A implantação da exploração colonial da Época Moderna, em função de seus determinantes políticos e econômicos, trazia no seu bojo a compulsão do trabalho como um de seus componentes estruturais; e a América portuguesa foi, como se sabe, uma daquelas áreas onde esse componente foi levado ao limite, configurando o escravismo. As populações aparecem, pois, clivadas em dois estratos: os que são compelidos ao trabalho e aqueles que os compelem, os dominadores e os dominados, os senhores e os escravos. Entre os dois pólos, toda uma imensa gama de situações intermediárias. A *clivagem* intransponível entre as gentes é, pois, uma das categorias essenciais a definir o quadro no qual se desenrolam as vivências do dia-a-dia. A organização familial, por exemplo, bem como as formas de moradia são diretamente afetadas por essa clivagem fundamental; os tipos de família e as formas de moradia configuram-se diferentemente nas áreas e nas situações em que dominam os extremos (senhor/escravo) ou em que predominam as formas intermediárias de homens livres pobres, pequenos produtores etc. A criação de zonas intermediárias ou momentos de aproximação (amaciamento, diria Gilberto Freyre) pas-



8, 9. "O sertão, em que se vão achando as pedras acima ditas é vastíssimo, e convém fazer-se nele um exame muito particular [...], porém o gentio é muito, e agora que está escandalizado se mostra cada vez mais feroz...": as legendas que acompanhavam os mapas de novas lavras descobertas evidenciam o confronto sempre presente nas regiões remotas sobre as quais avançava a colonização. (Mapa de lavras em Minas Gerais, *século XVIII*)

sa a constituir um traço marcante da vida de relações na Colônia. A miscigenação foi o principal e mais importante desses espaços de encontro (as festas foram outros), e Gilberto Freyre insistiu, corretamente, nesse aspecto. Mas, ao mesmo tempo, era também uma forma de dominação, pois o intercurso era, evidentemente, entre o dominador branco e a negra escrava; e o mestiço resultante nascia escravo. Por aí se vê a complexidade das relações levada até o paradoxo. A miscigenação foi, assim, ao mesmo tempo, um canal de aproximação e uma forma de dominação, um espaço de amaciamento e um território de enrijecimento do sistema.

Do fundo das estruturas básicas da colonização emergem, portanto, situações de vida muito características, e que enquadram as manifestações do cotidiano e da intimidade das populações coloniais; como que uma camada intermediária, pela qual se articulavam aquelas estruturas fundantes e a recorrência dos acontecimentos. Delineava-se, assim, uma *camada intermediária de sensações* — distanciamento, descontinuidade, clivagem etc. — que iam balizando as manifestações do cotidiano, em meio às quais ia se formando algo que poderíamos pensar como uma mentalidade *colonial*, esboço de uma fugidia identidade *nacional* em gestação.

Aqui, o ponto fundamental: a escravidão como relação social dominante (embora não exclusiva) repercute na esfera do cotidiano e da intimidade de maneira decisiva; delineiam-se três tipos básicos no sistema de relações primárias (cotidianidade, intimidade, individualidade, vida familial etc.) — as relações intraclasse senhorial, as relações internas ao universo de vida dos escravos, as relações intermediárias entre senhores e escravos. No curso dos acontecimentos cotidianos, essas esferas, permanente e recorrentemente, interpenetravam-se criando situações e momentos de aproximação, distanciamento e conflito. Mas a *clivagem*, básica, permanecia irredutível. É, evidentemente, difícil determinar na reconsti-

10, 11. Na paisagem longínqua, o isolamento em que viviam os colonos. (*10. Frans Post*, paisagem rural; *11. Frans Post*, paisagem com rio e floresta, *século XVII*)

tuição desta história os dois momentos de interpenetração e de manutenção das distâncias. Para dar um exemplo: a atitude em face do trabalho, decisiva em qualquer formação social, fica marcada pelo estigma insuperável que identifica trabalho com servidão, lazer com dominação. Por mais que os espaços de "amaciamento" e os momentos de aproximação possam atenuar os pólos dessa clivagem, ela remanesce irredutível.

Se aproximarmos, agora, as duas observações sobre as condições da intimidade e do cotidiano na Colônia, tal como emanam das estruturas da colonização, podemos começar a vislumbrar o perfil dessa esfera da existência colonial, na sua maior complexidade. De um lado, notamos que o tipo de exploração econômica que se desenvolvia no Novo Mundo impunha uma constante e grande mobilidade às populações; de outro, a compulsão do trabalho, exigida pela mesma exploração da Colônia, levava à clivagem radical entre os dois estratos básicos da sociedade. De fato, gestando-se no processo de expansão mercantil da época dos descobrimentos e articulando-se ao não menos importante processo de formação dos Estados, a faina colonizadora tendeu sempre a ampliar a área de dominação (competição entre os Estados) e a montar uma empresa de exploração predatória, itinerante, compelindo o trabalho para intensificar a acumulação de capital nos centros metropolitanos. Disso resultava, como vimos, ao mesmo tempo, uma permanente mobilidade das populações e uma clivagem entre os vários estratos sociais. E aqui reside, precisamente, o ponto essencial: é que as sociedades de estamentos, em geral, apresentam uma mobilidade mínima, tanto horizontal quanto vertical. A sociedade colonial, ao contrário, configura uma sociedade estamental com grande mobilidade, e é essa conjunção surpreendente e mesmo paradoxal de clivagem com movimentação que marca a sua originalidade. E isso precisa ser levado em conta para se desenhar o quadro das condições em que se manifestava a vida privada colonial: a sociedade da Colônia, ao mesmo tempo, estratificava-se de forma estamental e apresentava intensa mobilidade; o que, provavelmente, criava uma sensação de *ambigüidade*, pois a junção dessas duas características envolvia, simultaneamente, tendência de aproximação e distanciamento das pessoas. Essa mesma ambigüidade, aliás, aparece quando consideramos em particular o estrato superior dos colonos, os senhores de terra e de escravos: a dominação direta

sobre os homens (escravidão) e a posse de terras (ainda mais recebidas por doação) imprimiam-lhes na mentalidade uma configuração fortemente senhorial; mas, agentes de uma produção mercantilizada em extremo, defrontavam-se no dia-a-dia com o mercado, o que lhes exigia um comportamento fundamentalmente burguês. Mais ainda: era através do mercado que obtinham os escravos, isto é, a condição senhorial. Essa inextricável ambigüidade está por certo na base do padrão de relacionamento que tendiam a praticar no cotidiano de sua intimidade.

Esse conjunto de sensações contraditórias, advindas diretamente das estruturas básicas da colonização, formavam como que a camada intermediária de enquadramento do cotidiano e do íntimo do "viver em colônias". Mas eram todas elas — as sensações — dominadas pela mais abrangente de todas, que dimanava do próprio sentido mais geral da colonização. Referimo-nos, evidentemente, ao caráter da extroversão da economia colonial, montada para acumular externamente. A partir das análises clássicas de Caio Prado Júnior ("Sentido da colonização"), procuramos, em trabalho anterior,[14] articular a exploração das colônias ao processo de formação do capitalismo; disso resultava que a colonização tinha um caráter essencialmente comercial, voltada para fora, mas, para além disso, compunha um mecanismo de estímulo à acumulação primitiva de capital mercantil autônomo no centro do sistema.[15] A externalidade da acumulação aparece, pois, nesta análise, como a estrutura básica, no plano econômico, definidora da colonização. Ora, ao mesmo tempo, é essa estrutura fundante que lastreia o por assim dizer sentimento dominante do viver em colônias, ou seja, essa sensação intensa e permanente de *instabilidade, precariedade, provisoriedade*, que se expressa por todos os poros de nossa vida de relações. É tal sensação profunda e duradoura que, ao que parece, integra e articula as demais que vimos até aqui descrevendo; e quando nos lembramos de que a outra face da externalidade da acumulação era, como mostrou L. F. de Alencastro,[16] a extraterritorialidade do aprovisionamento da mão-de-obra, começamos a perceber os fundamentos daquele sentido de "desterro" tão bem assinalado por Sérgio Buarque de Holanda na primeira página de *Raízes do Brasil*. E, mais uma vez, vão pouco a pouco

revelando-se os nexos entre as estruturas fundantes e o nosso modo de vida íntimo e cotidiano.

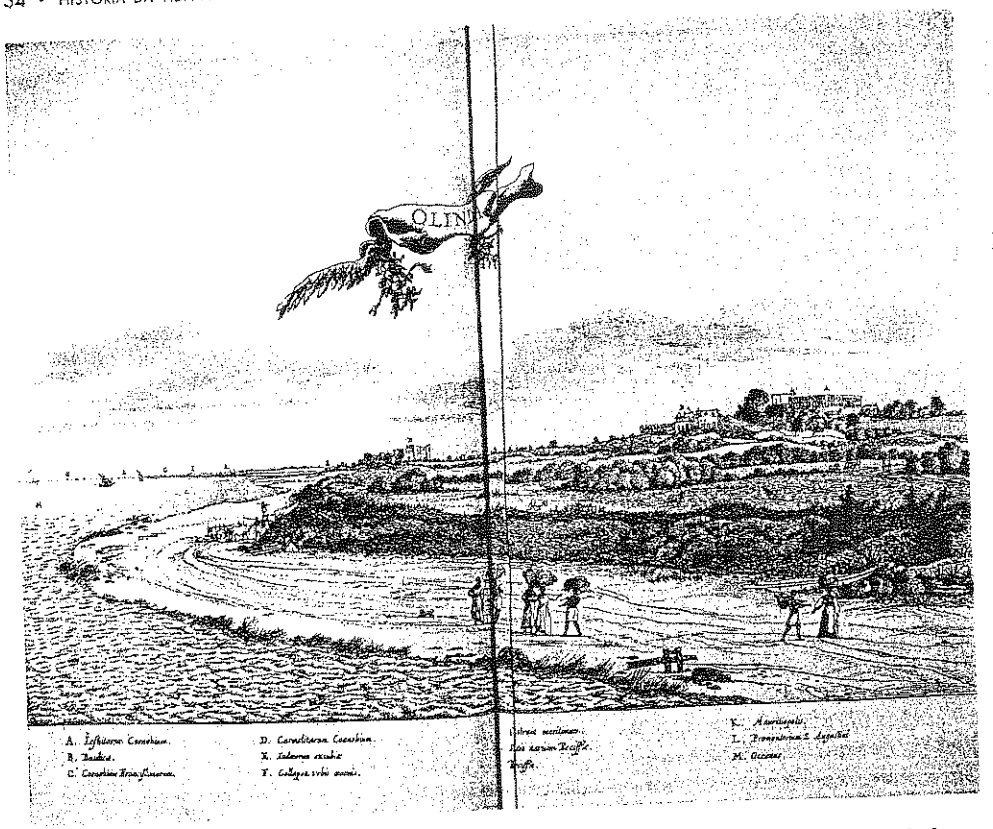
Curioso ainda notar que, se os historiadores levamos muito tempo para assinalar esse "sentido" profundo da colonização e analisar seus mecanismos estruturais, e alguns ainda recalcitram em admiti-lo, não assim nosso insuperável cronista-historiador pioneiro; implacável na sua capacidade de penetração da realidade histórica, escreveu frei Vicente do Salvador (Livro I, cap. II): "E deste modo se hão os povoadores, os quais, por mais arraigados que na terra estejam, e mais ricos que sejam, tudo pretendem levar a Portugal, e, se as fazendas e bens que possuem souberam falar, também lhes houveram de ensinar a dizer como os papagaios, aos quais a primeira coisa que ensinam é: papagaio real pera Portugal, porque tudo querem para lá. E isto não tem só os que de lá vieram, mas ainda os que cá nasceram, que uns e outros usam da terra, não como senhores, mas como usufrutuários, só para a desfrutarem e a deixarem destruída".

Realmente, não podemos evitar uma certa melancolia ao constatar que, depois de muito meditar e analisar, tudo quanto logramos foi caracterizar a "externalidade da acumulação primitiva de capital comercial autônomo" no mundo colonial da Época Moderna; quanto a frei Vicente, dizia, na terceira década do século XVII simplesmente: "tudo querem para lá". É claro que essa frase, límpida e direta, contém todo o conceito longamente elaborado. Mais ainda: liga este fundamento geral com os comportamentos, as práticas, esse "modo" com que "se hão" os colonizadores; e não só os reinóis, como também os nativos. E isso sem comentar a última frase, para não nos distanciarmos muito do assunto, em que se contrapõem a posse senhorial da terra (o senhorio feudal produtor de valores de uso), que era o seu referencial, ao uso mercantil, destrutivo, que se implantava no Novo Mundo. E depois vieram alguns historiadores a falar no caráter feudal da colonização...

Instabilidade, precariedade, provisoriedade parecem pois formar o núcleo dessa "camada de sensações" que, provindo das estruturas mais profundas da colonização, enquadram as demais, dando o tom de conjunto na vida de relações nessa parte do Novo Mundo na Época Moderna; mas, para irmos até o fim nessa tentativa de descrever e analisar as condições da intimidade e do cotidiano colonial, temos de voltar-nos

para a sensação de *ambigüidade e desconforto* que atravessa a vida social da Colônia de lés a lés, e que derivava, também ela, das condições básicas da colonização. Já nos referimos anteriormente a que as colônias eram vistas como o prolongamento das metrópoles, o Novo Mundo só se distinguindo do Velho pela sua recentidade; daí a toponímia: Nova Inglaterra, Nova Espanha, Nova Granada, Nova Lusitânia... Ora, a tal visão contrapunha-se a realidade da colonização, que ia configurando formas sociais muito diferentes e em certos sentidos negadoras da Europa moderna. De fato, a colônia é tão diversa da metrópole, quanto a região dependente o é da dominadora; contrastemos, por exemplo, a evolução da organização do trabalho num e noutro pólo do sistema: enquanto na Europa se transita da servidão feudal para o salariato através do trabalho independente de camponeses e artesãos, no mundo colonial acentuava-se a dominância do trabalho compulsório e, no limite, a escravidão. O núcleo desse descompasso situa-se, com certeza, na contradição, no plano mais geral da colonização do Antigo Regime, entre a ideologia (catequese) e a prática (exploração) dos colonizadores. Nem poderia ser de outra forma: a religião (por meio da catequese do gentio) aparece desde o início como o discurso legitimador da expansão que era vista, assim, como "conquista espiritual"; é junto ao papado que os reinos ibéricos, pioneiros da colonização e expansão, buscam autoridade para dirimir as disputas pela partilha dos mundos a descobrir; e, a partir daí, a legitimação da conquista pela catequese. Na própria gênese do processo, já deparamos, portanto, com o discurso legitimador da catequese cristã; ele acompanha toda a colonização moderna, variando evidentemente de intensidade de um momento para outro, e de uma região para outra. Mas nos países ibéricos pioneiros a sua presença é levada ao máximo, e isso nos afeta diretamente, muito de perto.

Mais uma vez, aqui, deparamos, portanto, com as colônias exacerbando os traços da metrópole. Na Europa moderna, efetivamente, a religião mantinha-se imprescindível à ordem social hierárquica e ao Estado absolutista, ambos fundados no privilégio. Esse peso da religião acentuava-se nas colônias como legitimação da conquista. Para bem entender estas conexões será preciso ter sempre em conta que, se distinguimos analiticamente, para melhor compreendê-



12. A imagem da pequena cidade perdida na imensidão do território reforçava a sensação de isolamento. (Olinda, *século XVII*)

los, os vários processos da transição para a modernidade — formação dos Estados, expansão mercantil, reformas religiosas, mutação cultural etc. —, eles, na realidade, ocorrem ao mesmo tempo e inextricavelmente interligados. A colonização acontece nesse contexto, movida ao mesmo tempo por "fatores" político-econômicos e religiosos, radicalizando suas tensões, mostrando suas entranhas. Com efeito, a formação dos Estados relaciona-se com a crise religiosa na medida em que a ruptura da hierarquia feudal encimada pela suserania dupla do Sacerdócio e do Império envolvia em certa medida a "nacionalização" das Igrejas, ou uma certa autonomia em relação ao papado; em sentido contrário, o poder absoluto de direito divino não podia prescindir da legitimação religiosa: o Estado absolutista precisa controlar a Igreja, e ao mesmo tempo dependia de sua legitimação. Todo o movimento, aliás, associa-se a uma relativa laicização da cultura, que cruza com a quebra da unidade da cristandade medieval, com o advento das Igrejas reformadas; o luteranismo foi a primeira heresia triunfante, no compasso da ruptura das hierarquias do feudalismo. As transformações religiosas, nas suas duas vertentes — a Reforma heterodoxa protestante e a Reforma ortodoxa católica —, encaminham conflituosamente o processo, confluindo no princípio do "*cujus regio, ejus religio*", pelo qual se expressa a insuperável necessidade de o Estado absolutista manter a unidade religiosa. É nesse contexto que se pode entender o estabelecimento da Inquisição nos países ibéricos, precoces na centralização e pioneiros na expansão colonial. Portugal foi, aliás, o primeiro país a homologar de maneira integral as decisões do Concílio Tridentino. O Santo Ofício que, como se sabe, atuaria rigidamente na perseguição dos mouriscos e marranos (cristãos-novos) estenderia seus tentáculos para o Novo Mundo.

Extremavam-se, no mundo colonial, as tensões do mundo metropolitano; assim, nas colônias ibéricas, será na dimensão de Contra-Reforma que a Reforma católica marcará sua presença. O empenho da Igreja se concentra na "conquista" do gentio para o seio da cristandade e na manutenção dos colonos na mais estrita ortodoxia. Missionação e Inquisição, em suma, cifram o processo de colonização das almas; em contrapartida, em toda a parte e por todo o tempo, uns e outros opunham desesperada resistência a essa forma de dominação. Ainda que, sob esse último aspecto, tenha havido certa diferença entre a América portuguesa e as Índias de Castela, pois nestas instalaram-se os Tribunais da Fé, enquanto na América Portuguesa tivemos apenas as famosas visitações — pode-se dizer que a presença da Inquisição era constante (através da rede de "familiares" que penetrava por todos os desvãos da sociedade colonial, no seu afã de engendrar delações e apresentar denúncias) o suficiente para criar esse ambiente de *insegurança, apreensão e temor*, que por sua vez encontrava, reforçando-o, aquele sentimento de *instabilidade* e *precariedade* que vimos analisando até aqui.[17] A famigerada instituição (o Santo Ofício) comparecerá, assim, nos capítulos seqüentes como uma das principais fontes

13. Frontispício do Regimento do Santo Ofício da Inquisição de 1640. (Portugal)

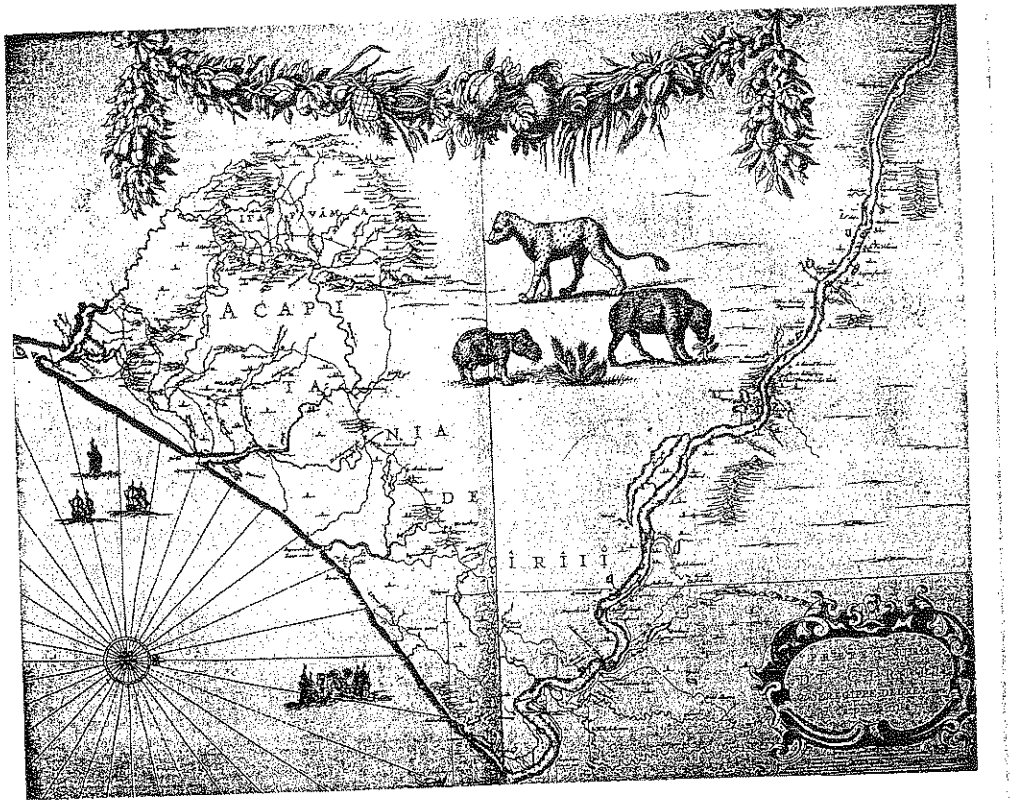
da documentação que permite devassar a intimidade e o cotidiano da Colônia.

E assim cruzavam-se as duas vertentes estruturais da colonização, os seus móveis político-econômico e religioso. Mas esse entrelaçamento não se expressava apenas na confluência acima apontada; num nível mais estrutural, as duas vertentes contrastavam fortemente nas suas práticas, tensionando os

comportamentos, engendrando conflitos — e, mais uma vez, reiterando a sensação de *desconforto e desterro* que domina a ambiência do cotidiano e do privado em nossa América. Pois foi essa contradição básica da formação colonial que nosso cronista frei Vicente do Salvador apreendeu claramente na abertura desse notável segundo capítulo do livro primeiro de sua *História*:

> O dia que o capitão-mor Pedro Álvares Cabral levantou a cruz, que no capítulo atrás dissemos, era a 3 de maio, quando se celebra a invenção da santa cruz em que Cristo Nosso Redentor morreu por nós, e por esta causa pôs nome à terra que havia descoberto de Santa Cruz e por esse nome foi conhecida muitos anos. Porém, como o demônio com o sinal-da-cruz perdeu todo o domínio que tinha sobre os homens, receando perder também o muito que tinha em os desta terra, trabalhou que se esquecesse o primeiro nome e lhe ficasse o de Brasil, por causa de um pau assim chamado de cor abrasada e vermelha com que tingem os panos, que o daquele divino pau, que deu tinta e virtude a todos os sacramentos da Igreja, e sobre que ela foi edificada e ficou tão firme e bem fundada como sabemos. E porventura por isso, ainda que ao nome de Brasil ajuntaram de estado e lhe chamam estado do Brasil, ficou ele tão pouco estável que, com não haver hoje cem anos, quando isto escrevo, que se começou a povoar, já se hão despovoados alguns lugares, e sendo a terra tão grande e fértil como ao diante veremos nem por isso vai em aumento, antes em diminuição.

Realmente, nesse capítulo que vimos glosando desde o início, frei Vicente do Salvador, na esteira de Zurara, João de Barros e Gandavo,[18] aponta de maneira iluminada para as estruturas básicas da colonização moderna em geral e da colonização portuguesa em especial; e ao mesmo tempo remete para as práticas, os comportamentos, ao dia-a-dia do viver em colônias... Neste último passo, com que vamos também encerrando nosso capítulo, através da metáfora religiosa do combate entre Deus e o diabo no intertrópico, o que ressalta é o contraste e mesmo o conflito entre as duas vertentes básicas: o impulso salvífico (os móveis religiosos, a catequese) e os mecanismos de produção mercantil (explo-



14. A capitania do Sergipe vista por olhos europeus. (Frans Post, Ceará e Sergipe del Rey, século XVII)

ração) do Novo Mundo; sendo que a primeira dimensão (a catequese do gentio) dominava o universo ideológico, configurando o projeto, e a segunda (dominação política, exploração econômica) definia as necessidades de riqueza e poder. Ao lamentar a vitória do demônio nestas terras de perdição, o que o cronista está apontando, na realidade, é para as imposições da vida material em detrimento do universo espiritual, isto é, do mundo da cultura. As duas vertentes coexistiam e inextricavelmente se articulavam de forma conflituosa, pois o conflito é também uma forma de articulação. De um lado (ideológico), pensava-se a exploração para a cristianização, isto é, a exploração como uma necessidade para chegar à evangelização, que era o objetivo;

doutro lado, nas práticas sociais, o que transparece é o inverso, isto é, a exploração instrumentalizando a missionação para garantir o domínio. E essa ambigüidade, que se espalha por toda a parte e atravessa todo o período, expressa-se de forma candente na questão da compulsão do trabalho: sem compelir os nativos ao trabalho produtivo (isto é, produtor de mercadorias), a colônia não se mantém nem floresce; mas a compulsão do trabalho (no limite, a escravidão) pode levar ao seu deperecimento, isto é, dos nativos. A tortuosa procura de um meio-termo nesse dilema levou ao longo debate que Lewis Hanke chamaria de "luta pela justiça";[19] mas é o mesmo conflito e debate que se desenrola também na América portuguesa, nos atritos recorrentes entre jesuítas e colonos, e nos debates intensos, no Velho e Novo Mundo, em torno da legitimidade da servidão ou da escravidão não só dos aborígines americanos como dos negros africanos. Expressão contundente de tal dilema é a consciência dilacerada de um padre Antônio Vieira. E é essa mesma *ambigüidade* que envolve o ambiente de *descontiguidade, desconforto, instabilidade, provisoriedade, desterro* enfim, que vai configurando o clima de nossa vida de relações, marcando o específico da cotidianidade e da intimidade no viver colonial. Por causa dessa mesma obsessão pela especificidade, este primeiro volume, que trata da vida privada na América portuguesa, onde e quando se gestou nossa formação social, inicia-se com o estudo da solidão dos colonos na imensidão do território, e se encerra com o da dimensão "privada" da percepção dessa nossa fugidia identidade de colonos imersos na exploração — tomada de consciência que se exprimiu nas inconfidências. Se esta primeira aproximação, ainda que sucintamente, pôde delimitar os percursos, no espaço e no tempo, podemos agora iniciar a travessia.